



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Coordenação (SEPLAN)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

CEARÁ

Inclusão Social



Relatório Anual

2006

CEARÁ: INCLUSÃO SOCIAL
Relatório Anual 2006

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Lúcio Gonçalo de Alcântara – Governador

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Vice Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

Vicente Cavalcante Fialho – Secretário

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE INCLUSÃO SOCIAL E
MOBILIZAÇÃO SOCIAL (SIM)

Maria Celeste Magalhães Cordeiro - Secretária

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda - Diretor Geral

Secretaria Extraordinária de Inclusão Social e Mobilização Social (SIM)

Av. José Américo, s/n - Edifício SEGOV - 2º andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Cambéa

CEP - 60.839-900 - Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101.6731/3101.6762

E-mail: sim@sim.ce.gov.br

<http://www.sim.ce.gov.br>

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n - Edifício SEPLAN - 2º andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Cambéa

CEP - 60.839-900 - Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101.3496/3101.3521

E-mail: ipece@ipece.ce.gov.br

<http://www.ipece.ce.gov.br>

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Planejamento e Coordenação (SEPLAN)
Secretaria Extraordinária de Inclusão Social e Mobilização Social (SIM)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

CEARÁ: INCLUSÃO SOCIAL
Relatório Anual 2006

Fortaleza
2006

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE INCLUSÃO SOCIAL E
MOBILIZAÇÃO SOCIAL (SIM)
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ
(IPECE)

EQUIPE TÉCNICA

Marcos Costa Holanda
Antônio Lisboa Teles da Rosa
Cláudio André Gondim Nogueira
Annuzia Maria Pontes Moreira Gosson
Virgínia Dantas Soares Teixeira

Copyright © 2006 IPECE.

I59s IPECE

Ceará: inclusão social - relatório anual 2006.
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do
Ceará (IPECE) e Secretaria Extraordinária de Inclusão
Social (SIM). Fortaleza, 2006.

37 p.

1 -Inclusão social. 2 - Ceará. I - Título

CDU 308 (813.1)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Apresentação

O Governo do Estado do Ceará vem, desde 2003, procurando inovar na questão da inclusão social. Nesse sentido procurou desenvolver um conjunto de políticas cuja característica principal é o tratamento do tema de forma objetiva e operacional.

Para não ser apenas uma promessa e sim uma prática, a inclusão social precisa ser definida de forma clara, precisa ser medida em tempo hábil, precisa ser monitorada e avaliada, precisa ser ousada e assumir metas.

O presente documento sintetiza o esforço do Ceará em ter uma política de inclusão social operacional e transparente. Seu objetivo maior é mostrar que esse desafio não é só do governo, mas de toda a sociedade.

Marcos Costa Holanda
Diretor Geral

Sumário

O que é inclusão social?, 9

Por que a inclusão social?, 10

O que é o Sistema de Inclusão Social do Ceará?, 12

Por que mensurar a inclusão social?, 13

Quais dimensões de inclusão são trabalhadas?, 14

Quais dimensões de política são consideradas?, 15

Quais são os indicadores de inclusão social do Ceará?, 16

Como os indicadores são trabalhados?, 17

Como verificar a performance social dos municípios cearenses?, 24

Como verificar se a meta social do plano de governo foi alcançada?, 29

Como verificar a evolução da inclusão no médio prazo?, 35

O Ceará que somos e o Ceará que queremos, 36

O que é inclusão social?

A inclusão social está relacionada a uma abordagem ampla, que engloba certos direitos que não são acessíveis ou exercíveis por um grupo de indivíduos, considerados excluídos. Esses direitos dizem respeito à participação efetiva dessas pessoas na vida econômica, social, política e cultural da sociedade em que vivem.

Assim, uma sociedade mais inclusiva seria caracterizada pela consistente redução das desigualdades, pelo equilíbrio entre os direitos e deveres individuais e por uma crescente coesão social.

Uma premissa básica dessa análise é que as desigualdades e a exclusão de um grupo de indivíduos a certos direitos e ao acesso a bens e serviços básicos não pode ser vista como um processo natural e inerente ao progresso de uma sociedade, isto é, pode-se contemplar um cenário em que os excluídos são capazes de recuperar a sua dignidade e os direitos básicos da cidadania, tornando a inclusão social uma realidade.

Por que a inclusão social?

Um dos maiores desafios da atualidade é dotar a população menos favorecida de condições dignas de sobrevivência e cidadania. Para se ter uma idéia disto, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, no dia 8 de setembro de 2000, a Declaração do Milênio, traçando os chamados “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, em busca de orientar o trabalho de governos, empresas e sociedade, até 2015, no sentido de ampliar o desenvolvimento humano, reduzindo a pobreza e ampliando a inclusão social no planeta.

No Ceará, esse tema passou a centralizar as discussões dos últimos governos a partir de estudos realizados sobre pobreza e desigualdade. Através desses estudos e da participação dos movimentos sociais, percebeu-se que, apesar de esforços desenvolvidos na área social, os resultados foram aquém do esperado, pois, ainda persistem no Estado, problemas graves na área social.

Portanto, nesse contexto, foi definido como o objetivo-síntese do atual Plano de Governo o “Crescimento com Inclusão Social”, partindo-se da percepção que o crescimento da renda é condição necessária mas não suficiente para que a sociedade cearense atinja

condições de vida compatíveis com as de regiões mais desenvolvidas. Assim, o Governo busca não apenas dinamizar a economia do Estado através da atração de novos investimentos produtivos e da ampliação da infraestrutura física, mas busca, também, dotar os seus cidadãos de meios para a sua sobrevivência digna, com acesso a serviços essenciais que, de fato, melhorem a sua qualidade de vida.

O que é o Sistema de Inclusão Social do Ceará?

Inspirado nas Metas do Milênio, mas de forma menos ambiciosa, compatível com os recursos disponíveis e olhando para as necessidades mais urgentes da população cearense, definiu-se que as políticas sociais do Estado do Ceará têm as seguintes metas globais:

- Ampliar a oferta e melhorar a qualidade da educação;
- Aumentar a cobertura e melhorar o atendimento na saúde;
- Ampliar os serviços de infraestrutura;
- Avançar na empregabilidade como meio de combate à pobreza;
- Melhorar as condições de vida da população rural.

Para que essas metas possam ser alcançadas, o Governo do Estado precisou desenvolver um Plano de Desenvolvimento Social, no qual o Sistema de Inclusão Social é uma parte essencial, pois, permite que sejam estabelecidos mecanismos de aferição de resultados, com a finalidade de monitorar os vários programas de governo e de identificar as razões do sucesso ou insucesso em atingir as metas propostas.

Por que mensurar a inclusão social?

Para se fazer a inclusão social na prática, faz-se necessária a identificação e a qualificação de quais camadas da população estão mais vulneráveis e expostas à exclusão dos meios necessários à sobrevivência e ao acesso aos serviços básicos.

Uma forma de identificar e qualificar esta população é através do desenvolvimento de indicadores de inclusão social, que devem ser calculados anualmente, estar disponíveis para todos os municípios cearenses e ser reconhecidos pela literatura especializada.

Esses indicadores possibilitam o acompanhamento, por parte da sociedade e de técnicos do governo, do desempenho do Estado e de seus municípios, ano a ano, no que diz respeito a metas sociais estabelecidas. Permitem, também, corrigir rumos indesejados, além de servirem como instrumento de avaliações periódicas, tendo em vista solucionar problemas e promover o bem estar da população, principalmente a menos favorecida.

Quais dimensões de inclusão são trabalhadas?

Inicialmente, houve uma ampla discussão sobre que dimensões considerar, envolvendo a Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN), a Secretaria Extraordinária de Inclusão e Mobilização Social (SIM), o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e outras secretarias estaduais.

Foram selecionadas, portanto, muitas das dimensões de inclusão social. Todavia, verificou-se que havia limitações de informações confiáveis que comprometeria qualquer análise que se quisesse fazer sobre vários setores.

Diante disso, foram escolhidas as áreas prioritárias, que representariam o estágio inicial mínimo de cidadania e de inclusão, além de serem compatíveis com as metas globais da política social do Estado, apresentadas previamente. São elas:

- Educação
- Saúde
- Emprego e Renda
- Condições de Moradia
- Desenvolvimento Rural

Quais dimensões de política são consideradas?

Uma das principais inovações do Sistema de Inclusão Social do Ceará foi a de contemplar duas dimensões de política. Assim, o SIS possui uma dimensão de resultados, que procura identificar os objetivos finais que se chega em termos de inclusão, e a dimensão de oferta que define os meios (instrumentos) empregados pelo governo para alcançar tais objetivos. Essa separação é importante porque, apesar das prioridades serem os resultados, o governo só possui controle sobre a oferta de serviços públicos.

De forma sintética:

Resultados

O que o Governo deseja alcançar \Rightarrow METAS

Oferta

O que o Governo controla \Rightarrow INSTRUMENTOS/
PROGRAMAS

Quais são os indicadores de inclusão social do Ceará?

Os indicadores, de resultado e de oferta que compõem o Sistema de Inclusão Social do Ceará são os seguintes:

RESULTADO

a) Educação:

- . Taxa de escolarização no ensino fundamental
- . Taxa de escolarização no ensino médio
- . Taxa de aprovação na 4ª série

b) Saúde:

- . Taxa de mortalidade infantil
- . Taxa de internação por AVC

c) Condições de Moradia:

- . Proporção de moradores de domicílios urbanos com abastecimento de água
- . Proporção de moradores de domicílios urbanos com esgotamento sanitário

d) Emprego e Renda

- . Consumo residencial médio de energia elétrica
- . Índice de qualidade do emprego formal
- . Tamanho médio dos estabelecimentos

e) Desenvolvimento Rural:

- . Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural
- . Proporção do consumo de energia elétrica no meio rural

OFERTA

a) Educação:

- . Prop. de professores do ensino fundamental com formação superior
- . Prop. de professores do ensino médio com formação superior
- . Relação bibliotecas, salas de leitura e labs. informática p/escola pública
- . Rel. equips. de informática por escola pública

b) Saúde:

- . Proporção de gestantes assistidas no 1º trimestre de gravidez
- . Proporção de crianças < 2 anos acompanhadas
- . Proporção da população coberta pelo PSF

c) Condições de Moradia:

- . Taxa cobertura de abastecimento de água urbano
- . Taxa de cobertura de esgotamento sanitário urbano

d) Emprego e Renda

- . Relação matrículas no ens. médio mat. total
- . Profissionais de saúde por mil habitantes
- . Relação da malha rodoviária pavimentada pela área do município

e) Desenvolvimento Rural:





- . Valor médio do crédito rural
- . Produtores assistidos por estabelecimento

Como os indicadores são trabalhados?

A inclusão social é mensurada através de um indicador síntese do desenvolvimento social, o Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R), que reflete os resultados obtidos pelos municípios, e de outro que afere a oferta de serviços públicos na área social, o Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O).

O método de cálculo do IDS-R e do IDS-O, consiste em padronizar os indicadores selecionados, considerando-se valores de 0 a 1, respectivamente, para os piores e melhores resultados dos municípios.

Após o cálculo dos índices, os municípios (e o Estado) são classificados em quatro categorias de acordo com o valor dos seus IDS (de resultado ou de oferta) e, então, recebem um conceito (ou uma cor) de acordo com o seu valor, da seguinte forma:

- $0,000 \leq \text{IDS} < 0,300 \Rightarrow$ ruim 
- $0,300 \leq \text{IDS} < 0,500 \Rightarrow$ regular 
- $0,500 \leq \text{IDS} < 0,700 \Rightarrow$ bom 
- $0,700 \leq \text{IDS} \leq 1,000 \Rightarrow$ ótimo 

Estas são categorias relativas, que agrupam municípios de acordo com o seu nível de desenvolvimento social, na tentativa de selecionar aqueles que apresentam, em média, características semelhantes.

No período de 2002 a 2005, a distribuição dos municípios cearenses de acordo com o IDS-R é dada pelo Quadro 1, onde é dada a quantidade de municípios de acordo com seus conceitos a cada ano.

Quadro 1 – Número de municípios de acordo com os seus conceitos relativos – Resultado – 2002-2005

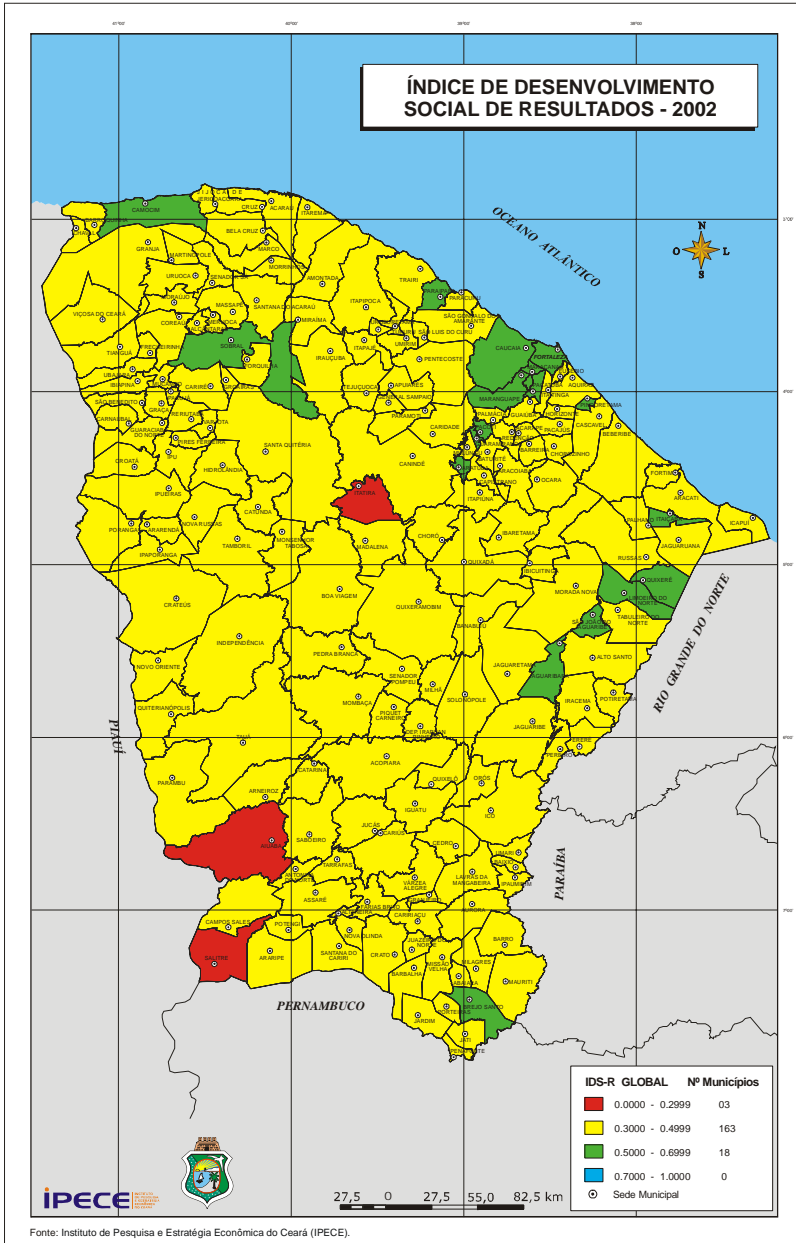
Conceito	Ano			
	2002	2003	2004	2005
Ótimo	0	0	0	0
Bom	18	20	24	12
Regular	163	161	153	165
Ruim	3	3	7	7

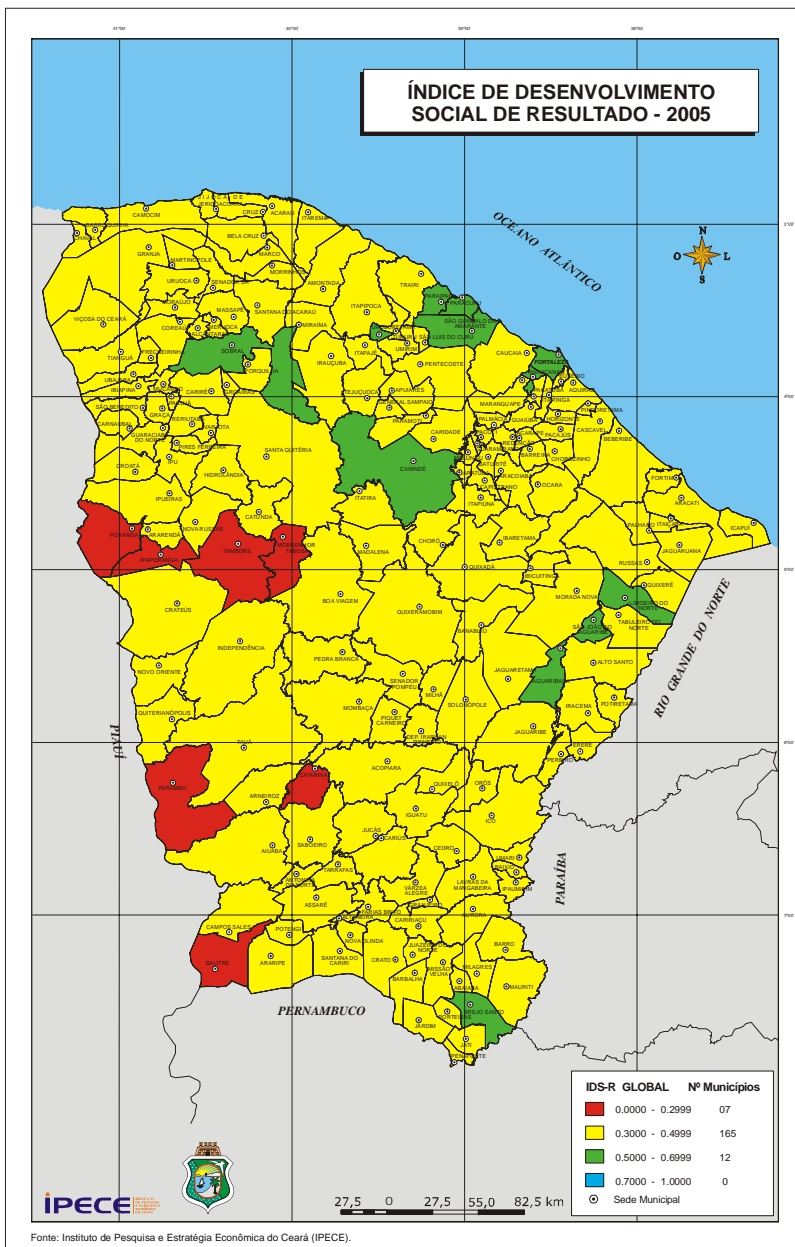
Fonte: IPECE.

O IDS mede a distância entre os municípios em seus níveis individuais de desenvolvimento social. Então, como é possível perceber, em termos relativos, os municípios cearenses podem ser considerados bastante similares no que diz respeito ao desenvolvimento social. Apenas alguns deles se distanciam deste padrão, seja para melhor ou para pior.

Ao longo do período considerado, constata-se que a distribuição espacial do desenvolvimento social permaneceu praticamente inalterada, muito embora seja possível verificar mudanças no posicionamento em nível municipal, com alguns municípios aproximando-se mais dos melhores e outros dos que estão em pior situação relativa.

A título de ilustração dessas idéias, são apresentados, a seguir, os mapas com a distribuição dos municípios cearenses de acordo com o IDS-R de 2002 e 2005.





A distribuição dos municípios cearenses de acordo com o IDS-O, no período de 2002 a 2005, é dada pelo Quadro 2.

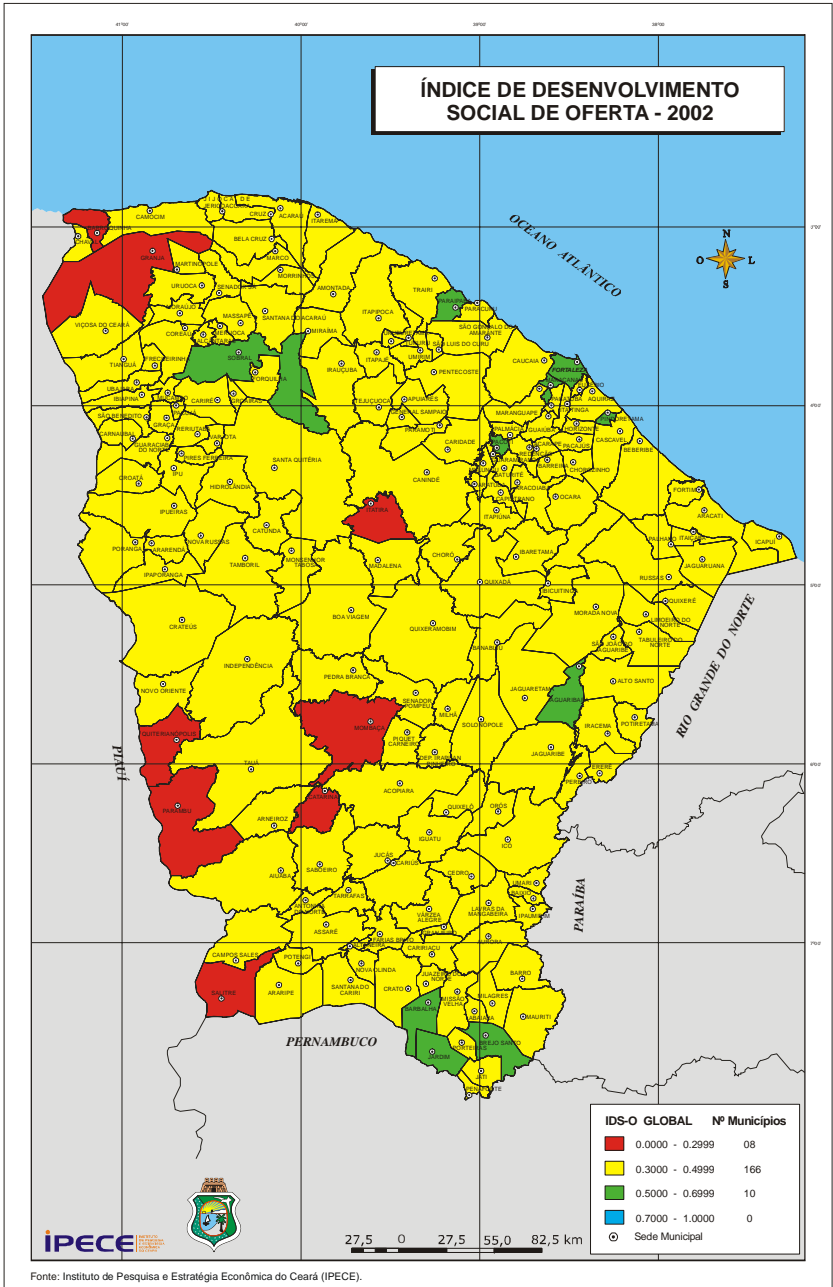
Quadro 2 – Número de municípios de acordo com os seus conceitos relativos - Oferta – 2002-2005

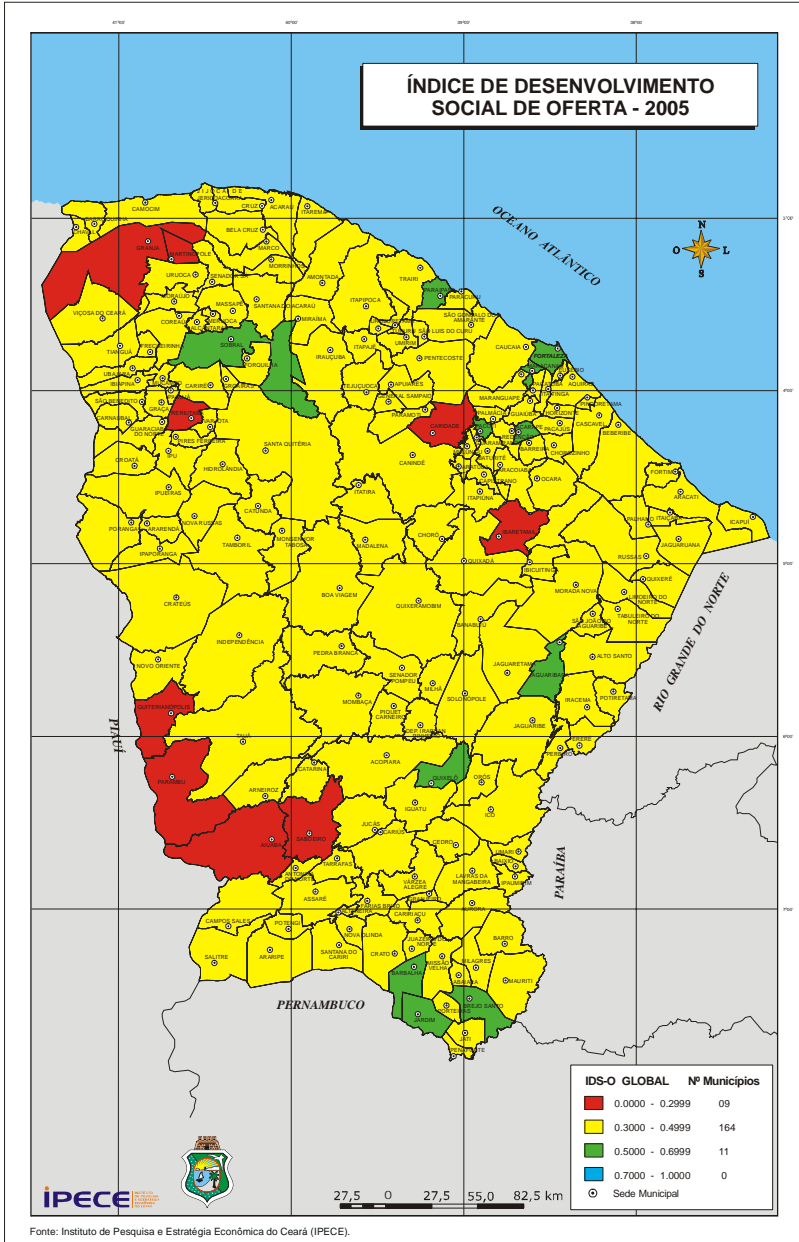
Conceito	Ano			
	2002	2003	2004	2005
Ótimo	0	0	0	0
Bom	10	12	16	11
Regular	166	159	163	164
Ruim	8	13	5	9

Fonte: IPECE.

Os cálculos do IDS-O para os anos entre 2002 e 2005 mostram que, em termos gerais, há uma certa estabilidade na distribuição espacial dos serviços públicos na área social, muito embora, ao nível municipal seja possível verificar oscilações no posicionamento relativo.

Como ilustração, são apresentados, a seguir, os mapas com a distribuição dos municípios cearenses de acordo com o IDS-O de 2002 e 2005.





Como verificar a performance social dos municípios cearenses?

Através do Índice de Performance Social de Resultado (IPS-R), que é calculado a partir das variações percentuais dos indicadores que serviram de base para o IDS-R, e evidencia as variações das condições sociais ao longo do tempo, mostrando se o Estado e os municípios, em específico, estão avançando nas dimensões que fazem parte da análise do seu desenvolvimento social.

De forma similar ao IPS-R, poderia ser calculado e analisado o Índice de Performance Social da Oferta (IPS-O), contemplando-se as variações percentuais dos indicadores que serviram de base para o IDS-O. Este é, portanto, um índice que evidencia as variações das condições de oferta ao longo do tempo para o Estado e para os municípios cearenses.

No que diz respeito à performance dos indicadores de resultado, os valores do IPS-R, geral e por dimensão, são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – IPS-R – Geral e por dimensão – Ceará – 2003-2005 (%)

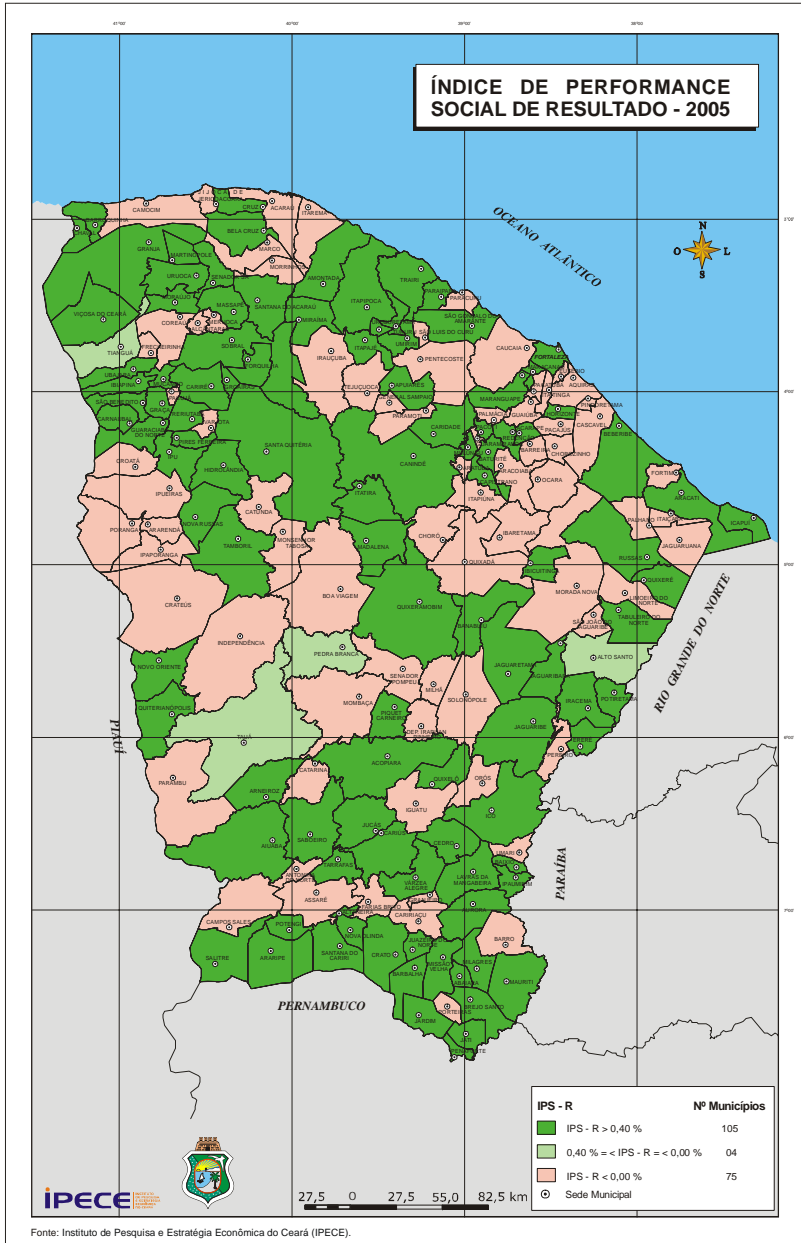
Dimensões	IPS-R			Acumulado
	2003	2004	2005	
Educação	2,93	0,52	0,60	4,09
Saúde	10,27	6,69	0,03	16,30
Condições de Moradia	1,83	1,81	-2,57	1,01
Emprego e Renda	-1,10	-0,96	2,71	0,61
Desenvolvimento Rural	16,06	-1,87	2,25	16,45
Geral	4,74	1,63	0,40	6,87

Nota: (*) As performances dos indicadores de saúde são apresentadas em valor absoluto, já que são indicadores do tipo “quanto menor, melhor”.

Fonte: IPECE.

Conforme o Quadro 3 ilustra, todas as dimensões apresentaram avanços durante o período, se for considerado o índice acumulado. Analisando-se cada ano em particular, as exceções são pontuais. Do ponto de vista das dimensões, as que apresentaram as melhores performances acumuladas foram as de saúde e desenvolvimento rural, ao passo que as performances menos significativas foram verificadas no emprego e renda e nas condições de moradia.

Como ilustração, apresenta-se a seguir um mapa com a distribuição dos municípios cearenses com base no IPS-R de 2005.



Já no que diz respeito à performance dos indicadores de oferta, os valores do IPS-O, geral e por dimensão, são apresentados no Quadro 4.

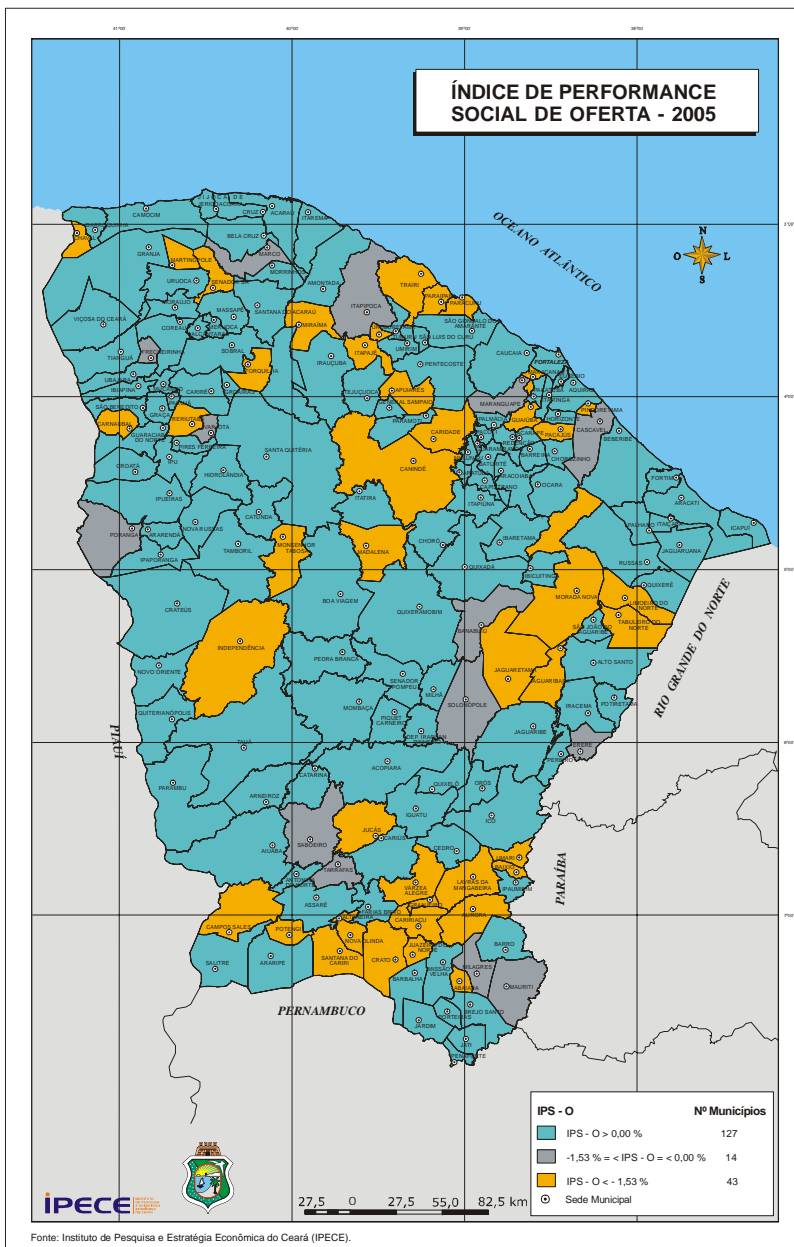
Quadro 4 – IPS-O – Geral e por dimensão – Ceará – 2003-2005 (%)

Dimensões	IPS-O			Acumulado
	2003	2004	2005	
Educação	17,96	21,59	-4,86	36,46
Saúde	1,03	2,60	-0,80	2,83
Condições de Moradia	2,35	2,24	1,50	6,21
Emprego e Renda	-0,24	6,04	2,93	8,89
Desenvolvimento Rural	-36,19	4,44	-12,58	-41,74
Geral	1,13	7,75	-1,53	7,30

Fonte: IPECE.

De acordo com essas informações, verifica-se que todas as dimensões apresentaram avanços durante o período considerado, com a exceção da dimensão de desenvolvimento rural, que apresentou uma performance muito desfavorável, que se deve basicamente à redução do crédito aos produtores rurais. Por outro lado, verificou-se uma performance positiva e muito significativa sobretudo na dimensão educação.

Apresenta-se a seguir um mapa com a distribuição dos municípios cearenses de acordo com o IPS-O de 2005.



Como verificar se a meta social do plano de governo foi alcançada?

O objetivo central do plano de governo pode ser inserido no Sistema de Inclusão Social através da seguinte meta geral:

Performance Social > Crescimento do PIB *per capita*

Assim, espera-se que, a cada ano, a inclusão social avance de forma mais intensa do que o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Estado.

Além de uma meta social geral, o Governo do Estado assumiu, em 2003, metas específicas para 2006, que consistem em obter:

- uma taxa de escolarização no ensino médio de pelo menos 32,55%;
- uma taxa de mortalidade infantil igual ou inferior a 22,72 óbitos para cada mil nascidos vivos;
- uma proporção de moradores de domicílios urbanos com esgotamento sanitário maior ou igual a 25,10%;
- um índice de qualidade do emprego formal igual ou superior a 39,07%;
- um valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural de pelo menos R\$ 5.220,00 (a preços de 2001).

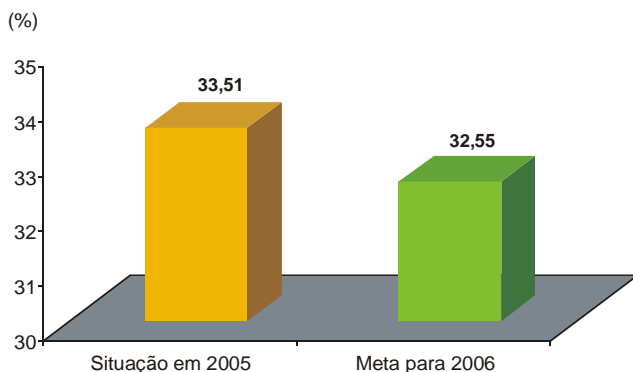
No período de 2003 a 2005, o acompanhamento da meta geral de inclusão social é feito a seguir:

	IPS-R		$\Delta\%$ PIB per Capita
2003	4,74%	>	-0,84%
2004	1,63%	<	2,54%
2005	0,40%	<	1,94%
Acumulado	6,87%	>	3,65%

Como é possível observar, em 2003, o PIB *per capita* sofreu uma involução em relação a 2002 devido ao quadro recessivo da economia brasileira, que acabou comprometendo a economia cearense. Ao mesmo tempo, a performance social foi bastante satisfatória, fazendo com que a grande meta de inclusão fosse atendida naquele ano. Esse resultado contrasta com os dois anos seguintes, quando a performance social avançou menos que o PIB *per capita*. Entretanto, considerando-se o acumulado durante o período, verifica-se que a performance social foi significativamente superior ao crescimento do indicador econômico.

Já no que diz respeito às metas específicas de inclusão social, os gráficos adiante descrevem o comportamento dos indicadores em 2005 e os seus valores previstos para 2006, conforme as metas que foram estabelecidas em 2003.

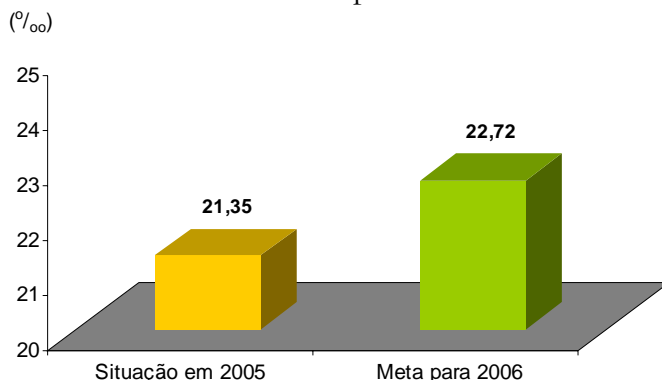
Gráfico 1 – Taxa de escolarização no ensino médio – Ceará – situação em 2005 e meta para 2006



Fonte: SEDUC.

Conforme o gráfico 1, a taxa de escolarização do ensino médio apresentou, em 2005, uma situação já superior ao valor desejado, com grande possibilidade de cumprimento da meta em 2006.

Gráfico 2 – Taxa de mortalidade infantil⁽¹⁾ – Ceará – situação em 2005 e meta para 2006

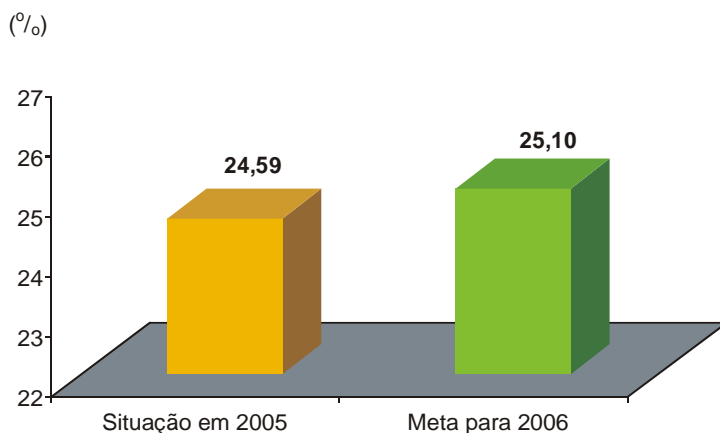


Fonte: SESA.

⁽¹⁾ Vale relembrar que a taxa de mortalidade infantil consiste na média agrupada de três anos: do ano referido e dos dois anos anteriores. Esta transformação foi feita visando-se reduzir a sensibilidade do indicador a pequenas variações no número de óbitos infantis.

A taxa de mortalidade infantil vem apresentando uma redução consistente ao longo dos últimos anos, tanto que, de acordo com o gráfico 2, o seu valor em 2005 já era menor que o previsto para 2006, evidenciando que a meta já está sendo cumprida (lembrando-se que este é um indicador do tipo “quanto menor, melhor”).

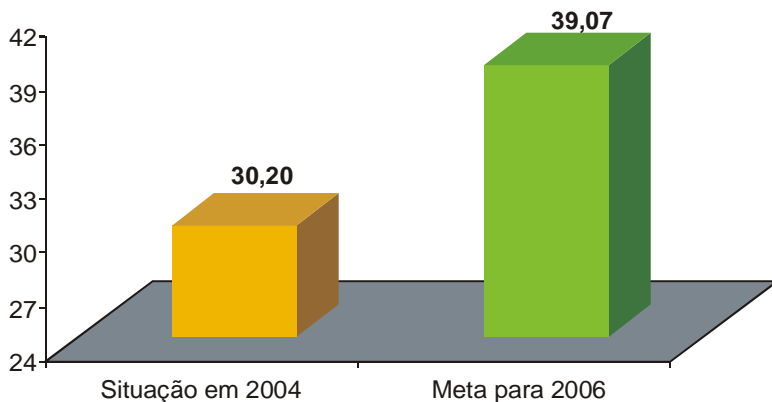
Gráfico 3 – Proporção de moradores de domicílios urbanos com esgotamento sanitário – Ceará – situação em 2005 e meta para 2006



Fonte: SEINFRA/CAGECE.

Conforme o gráfico 3, a proporção de moradores de domicílios urbanos com esgotamento sanitário apresentou, em 2005, um valor abaixo do estabelecido para 2006, mas com a expectativa de que a meta seja cumprida.

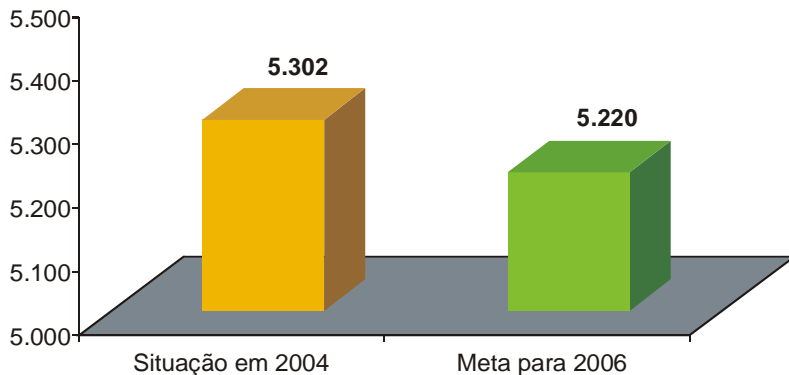
Gráfico 4 – Índice de qualidade do emprego formal – Ceará – situação em 2004 e meta para 2006



Fonte: MTE/RAIS.

Conforme o gráfico 4, constata-se que o Índice de qualidade do emprego formal encontrava-se, em 2004, em um patamar inferior ao estabelecido para 2006, com risco de não cumprimento da meta. Deve-se considerar que este indicador é muito sensível à dinâmica macroeconômica do país e, portanto, tem sido influenciado pelo baixo grau de dinamismo apresentado pela economia brasileira nos últimos anos.

Gráfico 5 – Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural – Ceará – situação em 2004 e meta para 2006



Fonte: IBGE.

Conforme o gráfico 5, o valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural apresentou, em 2004, um valor acima do estabelecido para 2006, evidenciando que a meta já vem sendo cumprida.

Como verificar a evolução da inclusão no médio prazo?

Uma outra análise que pode ser feita diz respeito à comparação entre a situação atual e a desejada (a médio prazo) em termos da inclusão social, o que feito através de outro índice sintético, o IDS*.

Os indicadores que compõem este índice são os mesmos que deram base ao IDS-R e a situação desejada é definida de acordo com critérios específicos, definidos para cada caso.

Portanto, o IDS* é a média aritmética das razões entre os indicadores atuais e os desejados, evidenciando o quão próximo se está de atingir a situação desejada. No caso, quanto mais próximo de 100% for o índice, mais perto o Ceará que somos está do Ceará que queremos. Essa é, portanto, mais uma forma de verificar os avanços em termos da inclusão social no Estado.

O Ceará que somos e o Ceará que queremos

Quadro 5 – IDS* (CE) – situação atual e desejada – 2005

Dimensões	Indicadores	Situação de 2005	Situação Desejada	Critério
1. Educação	Taxa de escolarização do ensino fundamental (%)	97,99	100,00	Cobertura total
	Taxa de escolarização do ensino médio (%)	33,51	53,97	Melhor Estado do Brasil em 2005 (Paraíba)
	Taxa de aprovação na 4ª série (%)	82,08	91,52	Melhor Estado do Brasil em 2005 (Santa Catarina)
2. Saúde	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	21,35	12,01	Reduzir à metade do valor de 2003
	Taxa de internação por AVC (%)	7,37	3,75	Reduzir à metade do valor de 2003
3. Condições de Moradia	Proporção de moradores de domicílios urbanos com esgotamento sanitário (%)	24,59	80,00	80% da cobertura total
	Proporção de moradores de domicílios urbanos com abastecimento de água (%)	74,04	100,00	Cobertura total
4. Emprego e Renda	Consumo residencial médio de energia elétrica (kwh)	1.120	1.710	Média do Brasil (2005)
	Índice de qualidade do emprego formal (%)	30,20	56,39	Média do Brasil (2004)
	Tamanho médio dos estabelecimentos	9,92	9,92	São Paulo (2004)
5. Desenvolvimento Rural	Valor bruto da produção agropecuária por estabelecimento rural (R\$)	5.302	10.779	Metade da Média do Brasil (2004)
	Proporção do consumo de energia elétrica no meio rural (%)	9,04	15,10	Dobrar o valor do indicador de 2002

Fontes: SEDUC/SESA/SEINFRA/CAGECE/PREFEITURAS/COELCE/MTE/RAIS/IBGE/EPE/IPECE.

Nota: A situação de referência desses indicadores é ajustada anualmente conforme a disponibilidade dos dados.

De acordo com o IDS*, o Ceará vem se aproximando da situação desejada ao longo do período 2002-2005, como é possível verificar graficamente:

Figura 1 – O Ceará que somos e o Ceará que queremos - 2005

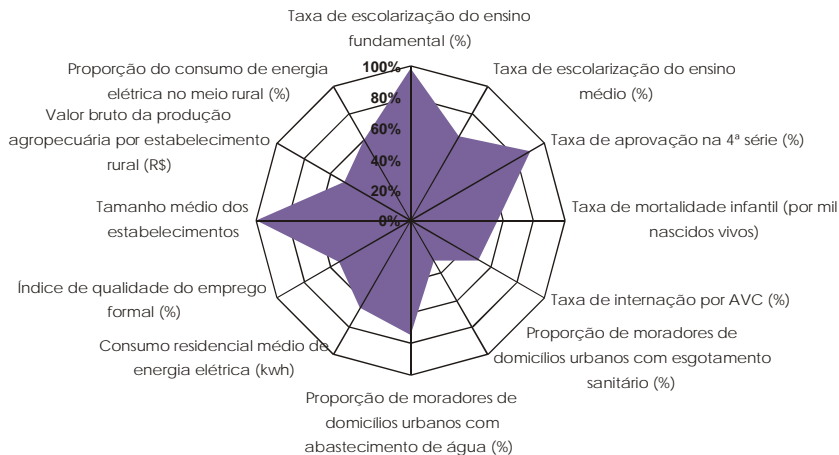
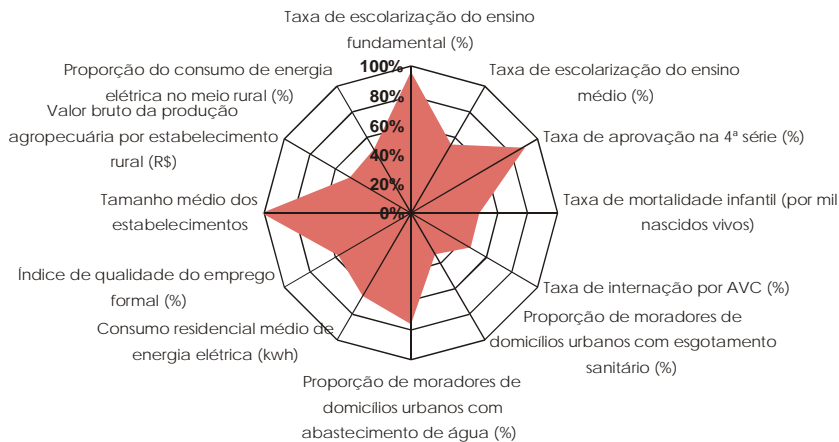


Figura 2 – O Ceará que somos e o Ceará que queremos - 2002



FICHA TÉCNICA

PROJETO GRÁFICO E
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Dulcineide Bessa

NORMALIZAÇÃO

Helena Fátima Mota Dias

CAPA E ILUSTRAÇÕES

Mário Aragão

MAPAS

Eder Mileno Silva de Paula

Lana Mary Pontes

Nertan Cruz Almeida

IMPRESSÃO